**Introdução**

No último censo penitenciário, publicado em dezembro de 2017, existiam no Brasil 44 mil mulheres presas, a quarta maior população prisional feminina do mundo, ainda que, em termos relativos, elas representem tão somente 6% da população encarcerada (DEPEN, 2017). Apesar da magnitude desses números, poderíamos argumentar que se trata de mais uma estatística formulada a partir de informações administrativas, como os prontuários dos presos.

Porém, uma informação ecoou em todas as matérias jornalísticas da época de lançamento do relatório do DEPEN (2017): 62% das mulheres estão encarceradas por infrações relacionadas à lei de drogas (11.343/2006), enquanto tão somente 26% dos homens estão presos por este delito.[[1]](#footnote-2) Essa mesma cobertura jornalística informou que a população carcerária feminina aumentou em 700% na última década em razão do envolvimento da mulher com o tráfico,[[2]](#footnote-3) ao passo que o mesmo não teria ocorrido com a população carcerária masculina (HELPES, 2013, p. 2). Duas são as perguntas que ressoam no meio acadêmico com vistas a explicar este resultado: Estariam as mulheres mais envolvidas com o tráfico de drogas hoje do que no passado? Ou recairia sobre elas um maior juízo de reprovação, o que levaria a uma maior quantidade de detentas provisórias e condenadas?

Tais indagações são mais complementares do que alternativas. Algumas pesquisas apontaram para o maior envolvimento de mulheres com o transporte de pequenas quantidades de drogas como uma forma de garantir a sua sobrevivência e alcançar proeminência em seus contextos sociais, sendo essa “mais uma das fronteiras rompidas pelas mulheres” (SENA, 2015, p. 170). Outras destacam que a desigualdade experimentada no mercado de trabalho muitas vezes tende a ser reificada nas redes de tráfico de drogas ilegais, fazendo com que as mulheres ocupem as posições mais baixas (HELPES, 2013).

No âmbito dos estudos sobre fluxo do sistema de justiça criminal, as constatações são mais convergentes: quando as mulheres são autuadas em flagrante com a posse de drogas ilegais, sob elas parece recair um maior juízo de reprovação, o que resultaria em “insultos morais e condenações prévias”, especialmente pelas instâncias policiais (BIELLA, 2007, p. 46). Tal fenômeno poderia explicar a maior quantidade de prisões provisórias e, também, condenações por tráfico de drogas entre as mulheres (SENA, 2017).

Partindo deste quadro mais geral, duas são as razões do aumento do encarceramento feminino nos últimos anos, ambas relacionadas ao que o gênero significa enquanto um marcador social (SCOTT, 1989). A literatura concorda que existe uma maior reprovação da mulher por seu envolvimento com o tráfico de drogas, porque essa transgressão, uma vez descoberta, leva a uma dupla punição (BIELLA, 2007). Afinal, a mulher descumpriu o seu papel de gênero, que imputa a ela uma conduta dentro dos padrões vigentes e de respeito à lei (LEMGRUBER, 1983) e quebrou com a conduta prevista no art. 28 da lei de drogas, o que mobilizaria a eficiência da justiça em linha de montagem, que tem como alvo certeiro a condenação em razão da guerra às drogas (JESUS, 2016).

Neste artigo procuramos compreender como a aplicação seletiva da lei de drogas ocorre na cidade de Montes Claros, a cidade polo mais importante no norte do estado de Minas Gerais. Para tanto, utilizaremos os registros da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) referentes à aplicação da lei 11.343/2006 entre os anos de 2009 e 2014. Com isso, poderemos problematizar se as mulheres estão sendo mais autuadas por tráfico de drogas do que por outros delitos previstos nesta legislação. Em seguida, a partir da consulta aos dados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, verificamos quais casos se transformaram em processos até dezembro de 2015 e, desta maneira, questionamos se as mulheres são mais susceptíveis a ocupar o lugar de réu no processo penal do que os homens. Por fim, reconstituímos os discursos dos operadores do sistema de justiça criminal sobre as causas do envolvimento da mulher com o tráfico de drogas, os quais as colocam como vítimas de seus maridos e amantes, reforçando a perspectiva do amor bandido como chave de cadeia.

**Algumas notas sobre gênero**

Para entender como o sistema de justiça criminal pode operar, no caso do processamento do delito de tráfico de drogas, desde uma perspectiva que reifica as categorias de gênero, punindo de forma mais severa as mulheres do que os homens, é preciso definir esta palavra.

Historicamente, o gênero diz respeito às dualidades que se constroem socialmente a partir de dois sexos definidos biologicamente, o homem e a mulher. Dos dois sexos, originar-se-iam dois gêneros: masculinos e femininos. Esses, por sua vez, seriam formas de significar os lugares a serem ocupados, do ponto de vista social, pelos indivíduos em razão dos sexos que eles possuem, o que levaria à divisão sexual do trabalho (BANDEIRA, 2012).

Logo, como categoria analítica, o gênero é distinto de sexo: enquanto o sexo está relacionado ao aspecto biológico, o gênero é uma construção cultural diretamente relacionada a uma determinada sociedade, tanto no aspecto temporal como no aspecto espacial (SCOTT, 1989). Feminilidade e a masculinidade são construções culturais aprendidas durante o processo de socialização e, por isso, não são imutáveis, estando em constante transformação (KÜCHEMANN et al, 2015). Neste contexto, masculino e feminino podem assumir distintas nuances, razão pela qual o gênero é uma forma de organização social entre os sexos (SCOTT, 1989).

Na contemporaneidade, a própria noção de divisão sexual do trabalho tem se alterado substancialmente com a progressiva inserção na mulher em atividades laborativas fora de casa, ocupando lugares que antes eram reservados exclusivamente aos homens, o que gera novos jogos de poder (BANDEIRA, 2012). Tal fenômeno faz com que as instituições sociais que reforçam quais seriam os lugares demarcados aos homens e às mulheres assumam proeminência (SCOTT, 1989). É nesta dimensão que se insere a pesquisa acadêmica que procura desvelar relações de poder que, em verdade, são construídas a partir do gênero (KÜCHEMANN et al, 2015).

Nos estudos sobre funcionamento do sistema de justiça criminal, a perspectiva de gênero é incorporada ao final dos anos 1970, com a análise dos SOS que abrigavam e acolhiam as mulheres vítimas de violência e do Conselho de Direitos da Mulher, anos mais tarde (SOARES, 1999). A partir dos anos 1990, as análises passam a focalizar o papel das delegacias de atendimento à mulher como forma de garantir um melhor acolhimento de casos de violência doméstica (RIFIOTIS, 2004), bem como o papel dos Juizados Especiais Criminais na menor visibilidade destes delitos que, muitas vezes, eram praticados em razão do gênero feminino (IZUMINO, 2003). Tais estudos e a incapacidade do sistema judiciário em responder às violências contra as mulheres desaguaram na criação da Lei Maria da Penha e das Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, sendo que hoje há uma seara de pesquisa sociológica em ampla expansão (DEBERT e GREGORI, 2008).

A partir dos anos 2000, especialmente em razão do enorme crescimento da quantidade de mulheres presas, os estudos que abordam como a perspectiva de gênero influencia o fluxo do sistema de justiça criminal passam a centrar o seu olhar não mais na forma como as mulheres vítimas de violência são tratadas pelos policiais e demais operadores do direito; mas como tais atores reforçam a ideia de que o lugar da mulher é em casa e não na rua, ao tratá-las com maior rigor em comparação aos seus pares do sexo masculino (SENA, 2017).

**Sobre sistema de justiça criminal e tráfico de drogas: o gênero faz diferença?**

Nos últimos anos, um número crescente de estudos tem procurado reconstituir o fluxo de documentos e pessoas entre as diversas agências do sistema de justiça criminal, na tentativa de entender em que medida características como gênero ou raça influem nas chances de um crime registrado pela polícia sobreviver até a sentença pelo judiciário (VARGAS, 2014). São pesquisas que, em sua maioria, abordam delitos graves, como é o caso do homicídio doloso, posto que esses seriam menos susceptíveis a cifra oculta (isto é, ao não registro do crime pela polícia), o que permitiria a reconstituição mais acurada de todas as etapas que envolvem a responsabilização de alguém por uma violência criminalizada (MISSE, 2014).

No tráfico de drogas, a pedra angular é a pesquisa de Misse (2008), que ao estudar a incriminação deste delito na cidade do Rio de Janeiro pôde constatar que o fluxo é operado a partir da sujeição criminal,[[3]](#footnote-4) o que faz com que o procedimento se inicie pelas características do criminoso, em detrimento do delito que ele praticou. Essa forma de proceder à administração da justiça acaba por revelar e reforçar práticas socialmente estereotipadas (THOMPSON, 1983), posto que são orientadas por onde reside o sujeito, por qual é a sua raça ou seu gênero (MISSE, 2011). No caso do tráfico de drogas, a sujeição criminal orientaria os padrões de policiamento ostensivo, concentrados em áreas pobres das grandes cidades brasileiras, tornando indivíduos jovens, pretos ou pardos, com pouca quantidade de drogas (o que poderia levar à classificação como uso em detrimento de tráfico) altamente susceptíveis ao registro de um flagrante por tráfico de drogas (CAMPOS, 2015). Afinal, a lei n. 11.343/2006 não estabelece qual é a quantidade de drogas que permite diferenciar usuários de traficantes, dando ao policial elevada margem de discricionariedade para essa categorização da conduta dentro dos artigos da lei (GRILLO et al, 2011).

O flagrante da Polícia Militar deve ser encaminhado para a Polícia Civil (PC) para as providências judiciárias, como comunicação ao juiz da prisão e início da investigação policial. Substantivamente, ele tende a transformar o Inquérito Policial em mera formalidade, fazendo com que todos os casos comunicados pela PM saiam da PC como inquéritos com autoria relatada para o Ministério Público (JESUS, 2016). Com isso, no tráfico de drogas, o tradicional formato de funil, com muitos casos comunicados à Polícia Civil e poucos esclarecidos, não parece ser a melhor maneira de representar o fluxo.[[4]](#footnote-5) Nessas situações, aparentemente, há um excesso de eficiência no “esclarecimento”, levando a maior parte dos casos encaminhados à Polícia Civil, por meio do flagrante à Justiça para início do processo penal.

Uma vez no judiciário, o fluxo de processamento do tráfico de drogas tem padrões muito específicos, quando comparados aos obedecidos pelo homicídio doloso (que é de competência do Tribunal do Júri) ou pelos outros crimes que não são regulados pelos tempos exíguos previstos na lei 11.343/2006 (VARGAS, 2014). A morosidade de uma década para processamento e julgamento dos homicídios intencionais dá lugar a uma excessiva eficiência, de poucos meses para o encerramento do processo penal (RIBEIRO et al, 2017), com a instrução e julgamento se resumindo à reificação daquilo que o policial militar narrou no momento da lavratura do flagrante na Polícia Civil, tornando o suspeito em um condenado, em poucos meses, contribuindo para as estatísticas de aprisionamento por este delito (LEMGRUBER e FERNANDES, 2015).

Portanto, a categorização do delito como tráfico de drogas significa a prisão provisória por este delito, o que aciona a justiça em linha de montagem (SAPORI, 1995), empenhada em garantir o processamento rápido (RIBEIRO et al, 2017), o qual resultaria em uma condenação que tem como base tão somente o depoimento do policial que efetuou o flagrante (LEMGRUBER e FERNANDES, 2016). Por esse motivo, as nossas prisões estariam cada vez mais repletas de condenados por tráfico de drogas, ao contrário do que ocorria há duas décadas atrás (DEPEN, 2017).

A maioria dos estudos sobre fluxo de processamento por tráfico de drogas está centrada na figura masculina, que compõe o estereótipo tradicional de quem é o criminoso no Brasil há muitas décadas (THOMPSON, 1983) e, por isso, seria o principal elemento operador do flagrante policial (JESUS, 2016). Porém, o enorme crescimento da quantidade de mulheres presas (provisoriamente ou não) pelo tráfico de drogas tem chamado a atenção de pesquisadores sobre a forma como o sistema de justiça criminal opera a partir de categorias de gênero (SENA, 2017). Tais análises procuram responder às seguintes indagações: O que explicaria tamanha quantidade de pessoas do sexo feminino condenadas como traficantes? Será que mais mulheres estariam envolvidas com a prática do tráfico de drogas em comparação aos homens[[5]](#footnote-6)? Ou será que o sistema de justiça criminal seria mais rigoroso com elas do que com os homens, o que explicaria a maior quantidade de presas por tráfico?

As publicações mais recentes procuram responder a essas questões, apesar de não produzirem resultados muito alinhados do ponto de vista das causas do envolvimento da mulher com o tráfico de drogas. Para alguns autores, a explicação seria o amor bandido, que leva algumas esposas e namoradas a colaborar com os seus parceiros na revenda de drogas para a garantia do sustento da família ou geração de renda adicional (PIMENTEL, 2008; HELPES, 2013). Neste ponto, teria destaque o crescimento substantivo de mulheres presas por “tráfico de entorpecentes praticado na tentativa de levar drogas para companheiros e familiares presos” (BLANES et al. 2012, p. 38).

Outras pesquisas salientam que o envolvimento das mulheres no tráfico resulta do desejo dessas em serem reconhecidas como protagonistas em seus contextos de vivência. Assim, “como membros de um grupo socialmente marginalizado (de mulheres, pobres e, em sua maioria, negras), a participação no tráfico de drogas conferira a essas mulheres um poder e um status reconhecidos como propriedade dos homens” (BARCINSKI, 2012, p. 52). Trata-se, portanto, de uma explicação que vai na contramão da ideia do amor bandido: é uma tentativa de ser amada e reconhecida por sua capacidade em quebrar a lei.

Em termos de funcionamento do sistema de justiça criminal, existe uma crescente gama de estudos que procura mensurar o efeito do gênero sobre o padrão de decisão encontrado nos processos judiciais. As mulheres tinham 2,38 vezes mais chances de serem acusadas por tráfico do que os homens nos casos registrados em delegacias de São Paulo (CAMPOS, 2015, p. 156). Todavia, seus processos seriam mais longos e marcados pela privação da liberdade decorrente da prisão em flagrante (BLANES et al, 2012, p. 48). Inclusive, quando o processo chega ao seu momento final, as mulheres seriam mais susceptíveis ao recebimento do encarceramento como medida punitiva. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, as mulheres têm 1,442 mais chances que os homens de cumprirem pena por tráfico de drogas (SENA, 2017, p. 404). Tal fato explicaria a prevalência deste delito entre as condenadas no Brasil (CARLOS e DELCHIARO, 2016).

Várias das pesquisas anteriormente citadas contam com modelos de regressão logística que procuram estimar o efeito do gênero (ser mulher *versus* ser homem) sobre a forma como o crime será registrado pela Polícia Civil, denunciado pelo Ministério Público e condenado pelo Poder Judiciário. Tal forma de análise de dados permite controlar as características de gênero e outras variáveis, como presença de antecedentes criminais, uso de violência para a prática do delito, entre outras dimensões que poderiam resultar em maior reprovação da conduta. Mesmo diante de tais variáveis, ser mulher interfere na forma como o sistema de justiça criminal produz suas decisões, o que seria uma amostra de sua operação diversa segundo padrões de gênero. Resta saber como essa questão se coloca em Montes Claros.[[6]](#footnote-7)

**O fluxo do tráfico de drogas em Montes Claros – Minas Gerais**

A cidade de Montes Claros é a sexta maior do estado, contando com 402.027 habitantes,[[7]](#footnote-8) ficando atrás, em termos populacionais, apenas de Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia, Juiz de fora e Betim. A localidade é polo da mesorregião de planejamento Norte, que conta com uma população de dois milhões de habitantes e se constitui na maior região de planejamento do estado, em termos territoriais.

Entre os anos de 2009 e 2014, a Polícia Militar registrou 7.136 ocorrências relacionadas à lei de drogas em Montes Claros, as quais se dividem em dez categorias distintas. A maioria dos registros diz respeito ao tráfico (64%) e ao uso (29%) de drogas, categorias que, em conjunto, representam, aproximadamente 93% dos Registros de Ocorrência da PMMG (Tabela 1).

**Tabela 1- Distribuição dos registros da Polícia Militar para as condutas relacionadas a drogas - Montes Claros (2009-2014)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tipos de registro | Total | % |
| Tráfico ilícito de drogas | 4598 | 64% |
| Uso ou consumo de drogas | 2038 | 29% |
| Outra infração referente a sub. Entorpecente | 375 | 5% |
| Associação para o tráfico de drogas | 67 | 1% |
| Fabricação ou venda de apetrecho utilizado para preparar a droga | 20 | 0% |
| Oferecimento eventual ao consumo de drogas | 15 | 0% |
| Utilização/consentimento uso local/bem tráfico drogas | 12 | 0% |
| Financiamento ou custeio do tráfico de drogas | 9 | 0% |
| Cultivo plantas utilizadas preparação de drogas | 2 | 0% |
| Total | 7136 | 100% |

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

Em termos absolutos, com exceção do primeiro ano da série quando o registro por uso de drogas supera em algumas unidades o registro por tráfico. A tendência da PMMG foi registrar o indivíduo autuado em Montes Claros como traficante (Gráfico 1), com elevado crescimento entre 2009 e 2012 no montante global de ocorrências deste tipo.

**Gráfico 1 - Distribuição dos registros da Polícia Militar para as condutas relacionadas a drogas, por ano - Montes Claros (2009-2014)**

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

Em termos proporcionais, o tráfico de drogas tem a sua participação, no montante de ocorrências classificadas dentro da lei de drogas, aumentada no período pesquisado (Gráfico 2). Com o passar do tempo e a institucionalização dessa legislação (publicada em 2006), quase todas as condutas registradas pela PMMG em Montes Claros passaram a ser de tráfico de drogas, o que pode estar indicando que os casos de uso de drogas sequer são registrados formalmente pela polícia.

**Gráfico 2 - Percentual de ocorrências por drogas no total de registros da Polícia Militar para as condutas relacionadas a drogas, por ano - Montes Claros (2009-2014)**

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

Os estudos sobre padrão de atuação policial nos delitos relacionados a drogas confirmam a tendência de Montes Claros, de que a PM não registra casos de uso de drogas (GRILLO et al, 2011), se ocupando em documentar tão somente os de tráfico, até mesmo em razão dos sistemas de meta de segurança pública que, usualmente, premiam ocorrências desta natureza (SAPORI e ANDRADE, 2013). Como constatado por Campos (2015), em São Paulo, há um aumento progressivo da quantidade de registros de tráfico de drogas nos anos após a publicação da lei 11.343/2006, sendo que a propensão da polícia em registrar todos os indivíduos com certas características como traficantes seria uma das explicações para o crescimento sem precedentes da população prisional, especialmente a provisória, na última década.

*O que determina a classificação do delito pela polícia?*

Do ponto de vista normativo, o tráfico de drogas tem sua previsão no artigo 33, na Lei n. 11.343/06.[[8]](#footnote-9) Entretanto, parte da dificuldade em operacionalizar a aplicação dessa legislação se deve ao fato da maioria dos critérios fixados pela norma para se diferenciar quem é usuário (conduta do art. 28) [[9]](#footnote-10) de quem é traficante (conduta do art. 33) diz respeito à ausência de uma quantidade específica de drogas, critério que é substituído pelas características subjetivas e sociais do suspeito, tal como autorizado pela própria lei. Nos termos da lei de drogas:

art. 28, § 2o Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Na realidade da vida como ela é, diferenciar usuários de traficantes é uma atividade realizada pelas polícias, mas com desdobramentos no Sistema de Justiça Criminal (GRILLO et al, 2011), pois enquanto os primeiros seriam susceptíveis às penas alternativas, os segundos seriam punidos com a privação da liberdade (CAMPOS, 2015). Por isso, uma das grandes incongruências da lei de drogas é a ausência da indicação de uma quantidade a partir da qual a conduta se configura como tráfico, dando enorme discricionariedade aos policiais para realização de flagrantes (JESUS, 2016). Em última instância, cabe aos policiais selar o destino do indivíduo dentro do sistema de justiça criminal pelo enquadramento de sua conduta em um artigo em detrimento de outro da lei 11.343/2006.

Neste sentido, nos interessa saber se, em Montes Claros, a diferenciação entre quem é considerado usuário e traficante ocorre de acordo com as características sociais do acusado. Para tanto, foram selecionados os 6.549 casos que dizem respeito a uso (29,8%) e tráfico (70,2%) de drogas. Como os registros de ocorrência trazem informações detalhadas sobre o sexo do autuado (91,9% homens e 8,1% mulheres), idade (94,3% jovens com até 35 anos e 5,7% com mais de 36 anos), cor da pele (13,5% brancos e 86,5% não brancos, isto é, pretos e pardos)[[10]](#footnote-11) e grau de escolaridade (74,8% com até o ensino fundamental completo e 25,2% com, pelo menos, início do ensino médio), torna-se possível testar se o registro feito pela Polícia Militar ocorre a partir de tais variáveis.

O perfil do sujeito implicado na lei de drogas em Montes Claros é o mesmo encontrado em outros estudos sobre quem cai nas malhas da justiça: são preferencialmente homens (91,9%), jovens (94,3%), de cor da pele escura (86,5%), com baixo grau de escolaridade (74,8%), amostra inequívoca da seletividade do nosso sistema, que tem como ponto de entrada a abordagem da Polícia Militar (SINHORETTO, 2014). Assim, nosso próximo passo foi estimar as chances do caso ser tráfico em detrimento de uso, na acepção da Polícia Militar entre os anos de 2009 e 2014.

Importante destacar que o banco de dados não possuía quaisquer informações sobre a dinâmica do delito, como quantidade de drogas apreendidas, uso de armas ou existência de antecedentes criminais para os registrados. Como a própria lei estabelece que esses critérios devem ser analisados em conjunto com as condições sociais dos autuados, partimos do pressuposto de que as características sociodemográficas podem ser muito importantes nas categorizações feitas pela polícia.

Para modelagem dos dados, a técnica escolhida foi a regressão logística, indicada quando a variável resposta está categorizada em zero (ser classificado como usuário) e um (ser classificado como traficante). Como a variável-resposta é binária, os modelos foram estimados segundo uma função logística binomial, de acordo com a equação abaixo (OLIVEIRA, 2017, p. 147).



Nessa equação, a variável resposta (Θ) assume valor zero se o indivíduo for classificado como usuário e valor um se for classificado como traficante. Esse resultado é gerado a depender dos valores de β de cada uma das variáveis dependentes. β é um vetor de parâmetros a ser estimado que mede o impacto de variações nas variáveis explicativas em xi' sobre as chances de a polícia classificar alguém como traficante (ao invés de usuário) em razão de suas características sociodemográficas, sendo que essa função de distribuição cumulativa se restringe ao intervalo [0,1]. Assim sendo, os resultados apresentados na Tabela 2 podem ser interpretados em termos dos coeficientes das variáveis independentes, com destaque para os valores de *odds ratio*, que mensuram a chance da polícia classificar o sujeito como traficante ao invés de usuário.

**Tabela 1 – Resultados do modelo de regressão logística que estima as chances do indivíduo ser classificado como traficante em detrimento de usuário – Registros de Ocorrência da Polícia Militar de Montes Claros (2009-2014)**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Variáveis na equação** | **B** | **E.P.** | **Wald** | **Gl** | **Sig.** | **Exp(B)** |
| Mulher | 0,921 | 0,135 | 46,792 | 1 | 0,000 | 2,511 |
| Jovem | -0,13 | 0,134 | 0,947 | 1 | 0,331 | 0,878 |
| Não\_Brancos | 0,13 | 0,084 | 2,414 | 1 | 0,120 | 1,139 |
| Ensino\_fundamental | 0,604 | 0,064 | 87,655 | 1 | 0,000 | 1,829 |
| Constante | 0,32 | 0,155 | 4,295 | 1 | 0,038 | 1,378 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados do modelo de regressão logística são muito semelhantes a estudos anteriores sobre o tema. Primeiro, ser jovem não apresentou significância estatística na diferenciação entre usuários e traficantes, posto que os indivíduos com até 35 anos são a quase totalidade dos sujeitos abordados pela PM. Ser mulher, por sua vez, aumenta em 2,5 vezes a chance de a pessoa ser classificada como traficante em detrimento de usuária, em comparação aos homens, resultado muito semelhante ao encontrado por Campos (2015) para a cidade de São Paulo. Além disso, pretos e pardos são tratados com maior severidade pela polícia, posto que eles têm 1,14 vezes mais chances de serem categorizados como traficantes ao invés de usuários em comparação com brancos.

Por fim, ter apenas o ensino fundamental aumenta em 1,83 vezes a chance de o sujeito ser visto como traficante pela polícia em comparação a alguém que ingressou no ensino médio, o que significa um efeito superior (em termos de razão de chance) ao da cor da pele. Logo, os resultados do modelo de regressão logística reforçam o entendimento de que "as práticas decorrentes da Nova Lei de Drogas apontam [para] a incriminação feita a partir de estereótipos e rotulações sociais subordinados à pobreza urbana" (CAMPOS, 2015, p. 174).

Do ponto de vista da discussão sobre gênero e padrão de funcionamento do sistema de justiça criminal, o resultado mais importante do modelo de regressão logística é o fato de a variável ser mulher ser a que apresenta maior razão de chance (dada pela comparação dos valores de Exp(B) da última coluna). Ou seja, as mulheres são mais registradas pela Polícia Militar como traficantes do que como usuárias, o que significa um tratamento mais severo, posto que o delito de tráfico aciona o sistema de justiça criminal e, muitas vezes, significa o aprisionamento desde a autuação policial até a sentença condenatória, enquanto o uso suscita uma pena alternativa, sem a restrição da liberdade (CAMPOS, 2015; JESUS, 2016).

*O que determina a transformação da ocorrência policial em processo penal?*

Os estudos de fluxo são os que verificam a capacidade de um dado sistema de fazer Justiça, partindo do pressuposto de que não há possibilidade de processar até o final todos os casos reportados (VARGAS, 2014). Mesmo em localidades como Inglaterra e França, estima-se que "o processamento de crimes graves não alcançaria mais de 60% para crimes contra a propriedade e 80% para crimes intencionais contra a vida" (MISSE, 2014, p. 208). No sistema de justiça criminal brasileiro, a situação é um pouco distinta porque o fluxo de processamento tem represamento bastante acentuado, sendo muitos os casos registrados pela Polícia e poucos os processados pelo Judiciário (VARGAS, 2014). Afinal, "calcula-se que menos de 15% dos autores de homicídios intencionais e menos de 5% dos autores de roubos e assaltos à mão armada são levados a julgamento" (MISSE, 2014, p. 209).

No tráfico de drogas teríamos uma situação bastante peculiar, porque o registro deste delito é, em regra, feito a partir de um flagrante da Polícia Militar, que leva à delegacia alguém responsável por tal delito, juntamente com a droga apreendida (LEMGRUBER e FERNANDES, 2015). Então, todas as dificuldades para se encontrar um suspeito, bastante comuns em crimes contra o patrimônio e a vida, não acontecem neste caso. Aqui, em tese, as provas de autoria e materialidade já foram prontamente reunidas pelo policial militar no momento do flagrante (JESUS, 2016).

Pode acontecer, contudo, de o delegado de polícia não concordar com a acusação do policial militar e reclassificar o delito de tráfico para uso de entorpecentes. A mesma operação pode ser feita pelo promotor de justiça e pelo juiz. Apesar de essa não aderência à classificação inicial do delito ser possível em todos os tipos de crimes (VARGAS, 2014), elas são mais raras entre os homicídios, cuja dificuldade em se apontar um suspeito faz com que os operadores tendam a concordar com a classificação policial original (PLATERO e VARGAS, 2017). Assim, fica a pergunta: o que ocorre após a classificação por tráfico de drogas pela Polícia Militar em Montes Claros?

Para responder a essa pergunta, foram analisados os desdobramentos dos registros policiais (2009 e 2014) no Poder Judiciário até dezembro de 2015. Para a identificação da conversão de uma ocorrência em um processo penal foi feita uma consulta ao andamento processual de cada um dos envolvidos no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, tendo como base o delito praticado, os nomes completos dos autuados e seus respectivos Registros de Identidade. Essa operação permitiu constatar que dos registros por tráfico de drogas (4.597), 1.561 tinham se transformado em um processo até dezembro de 2015 (34% dos casos).

Interessante notar que a taxa de processamento tende a ser razoavelmente constante ao longo do período analisado (Gráfico 3), indicando que menos de 1/3 dos casos registrados em 2014 tinham alcançado o Judiciário um ano depois.

Gráfico 3 - Taxa de processamento por ano (registros de ocorrência da Polícia Militar que se transformaram em processos no Tribunal de Justiça) – Montes Claros (dezembro de 2015)

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais e Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Quando os dados do Gráfico 3 são lidos pela discussão sobre o poder de classificação dos operadores do sistema de justiça criminal (PLATERO e VARGAS, 2017), é possível afirmar que em 34% dos casos, policiais civis, promotores e juízes concordaram com a classificação de tráfico de drogas inicialmente feita pela PMMG entre 2009 e 2014 e optaram por dar seguimento a tal caso no fluxo, transformando-o em um processo criminal. Trata-se de um percentual bastante superior ao encontrado nas pesquisas sobre homicídios (MISSE, 2014), mas permanece a ideia do funil como forma de representação do fluxo de processamento.

Outra informação importante de ser destacada é que a não transformação do caso em processo não significa, necessariamente, que o sujeito preso em flagrante foi liberado. Como entre a prisão em flagrante pela polícia e o exame da documentação produzida pelas polícias pelo promotor de justiça pode transcorrer um tempo relativamente longo, desde 2015, encontram-se em vigor as Audiências de Custódia.[[11]](#footnote-12) Tal instituto tem como objetivo a apresentação dos presos pelas polícias a um juiz, um promotor e um defensor, em até 24 horas após o flagrante, para que eles possam se manifestar sobre a necessidade de o sujeito continuar recolhido ao cárcere, enquanto o processo não é iniciado. É, portanto, uma audiência, na qual se avalia a pertinência da prisão provisória e a eventual ocorrência de violência policial no momento da realização do flagrante.

As audiências de Custódia têm como intuito reduzir a quantidade de presos provisórios,[[12]](#footnote-13) de modo a evitar situações em que a prisão durante o curso do processo se revele uma medida mais severa, do que o próprio resultado final do procedimento. Assim, as audiências de custódia são importantes porque evitam que o indivíduo fique encarcerado indefinidamente à espera da análise pertinência (ou não) da prisão durante o processo, que nenhuma relação tem com a condenação.

Montes Claros, infelizmente, não foi uma cidade agraciada com as Audiências de Custódia. Por isso, os sujeitos presos em flagrante podem assim permanecer até que o promotor de justiça decida o que fazer com a ocorrência registrada pela Polícia Militar e transformada em Inquérito Policial pela Polícia Civil. Isso significa dizer que as ocorrências policiais que não se transformam em processos podem ter implicado na prisão de homens e mulheres por dias, meses e anos, para algum tempo depois, a pessoa ser liberada sem o início do processo penal propriamente dito dada, por exemplo, a desclassificação de tráfico para uso pelo promotor de justiça. Isso porque, caso o promotor requeira a desclassificação do crime, de tráfico (art. 33) para porte de drogas para consumo próprio (art. 28),[[13]](#footnote-14) o procedimento não resultará em denúncia, tampouco o indivíduo terá que responder a um processo penal.

Neste quadro, nos interessa entender se as características sociodemográficas dos envolvidos contribuem para a filtragem de 65% dos casos, os quais parecem ser encerrados nas delegacias de polícia sem a respectiva transformação em processo. Para tanto, foi estimado um segundo modelo de regressão logística (Tabela 3) no qual a variável dependente é ter processo por tráfico de drogas até dezembro de 2015 (34% dos casos). Já as variáveis independentes foram ser mulher (9,8%), ser jovem (93,8%), ter cor da pele preta ou parda (83,7%) e ter escolaridade até o ensino fundamental (87,1%).

Ao contrário do verificado no primeiro modelo, neste caso, não é possível estimar as chances de conversão em processo a partir das características sociodemográficas dos autuados pela Polícia Militar, razão pela qual nenhuma das variáveis incluídas no modelo se mostrou estatisticamente significativa (Tabela 3).

**Tabela 2 – Resultados do modelo de regressão logística que estima as chances do indivíduo ser processado por tráfico de drogas – Registros de Ocorrência da Polícia Militar e Informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de Montes Claros (2009-2014)**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Variáveis** | **B** | **S.E.** | **Wald** | **df** | **Sig.** | **Exp(B)** |
|  | Mulher | ,131 | ,114 | 1,331 | 1 | ,249 | 1,140 |
| Jovem | -,216 | ,140 | 2,366 | 1 | ,124 | ,806 |
| Não\_Brancos | ,088 | ,102 | ,740 | 1 | ,390 | 1,092 |
| Ensino\_fundamental | -,070 | ,082 | ,719 | 1 | ,396 | ,933 |
| Constant | -,510 | ,174 | 8,540 | 1 | ,003 | ,601 |

Fonte: Dados da pesquisa.

O fato de as variáveis inseridas no modelo não terem apresentado significância estatística pode estar indicando que a transformação do registro de ocorrência da Polícia Militar em um processo judicial perpassa outros elementos que não apenas o estereótipo sobre quem são os criminosos (THOMPSON, 1983). Assim, o fato de a base de dados não conter características como a gravidade do crime (por exemplo, presença de arma de fogo) ou os antecedentes criminais dos autuados pela polícia, pode impedir, inclusive, que o efeito da sujeição criminal seja matematicamente vislumbrado.

*Amor bandido como causa da prisão em flagrante?*

Como as dimensões quantitativas não foram capazes de revelar qualquer tipo de diferenciação de acordo com o gênero no fluxo de processamento judicial, a opção encontrada para desvelar se os operadores se posicionam de maneira diferenciada diante de homens e mulheres foi a entrevista em profundidade com policiais, promotores e juízes sobre as causas de envolvimento delas com o tráfico e o que tal dimensão significa sobre a possível responsabilização pelo delito previsto no art. 33 da lei 11.343/2006.

Para tanto, foram realizadas 16 entrevistas[[14]](#footnote-15) com quatro grupos de entrevistados (Policiais, Promotores, Defensores e Juízes), buscando capturar suas representações sobre masculinidades e feminilidades e de que maneira essas interferiam na forma como eles atuavam no Sistema de Justiça Criminal. O objetivo foi, portanto, compreender como as crenças por eles compartilhadas sobre papéis sexuais são capazes de influenciar suas decisões, especialmente, na identificação, apuração, denúncia e condenação pelo crime de tráfico de drogas. Não serão apresentadas todas as dezesseis entrevistas, sendo que, em razão do volume de dados, destacaremos, abaixo, uma seleção de falas consideradas mais esclarecedoras sobre o problema de pesquisa.

Os entrevistados Policiais (1 e 2) foram incialmente perguntados sobre como percebiam e identificavam o envolvimento de homens e mulheres no tráfico. Neste item, eles apontaram diferenças entre a motivação e os modos de atuar. Inicialmente, foi destacada a questão do amor bandido como válvula para o ingresso da mulher no tráfico de drogas. É como se o sexo feminino não tivesse poder de agência para reagir a questões como a desigualdade ou a impunidade (apontadas como razões para ingresso do homem no crime), ficando a mercê dos desejos do seu parceiro.

**Entrevistado 2**: (...) “Pela experiência que a gente tem, normalmente homens e mulheres participam do tráfico de formas diferentes. As razões do homem são principalmente aqueles fatores da desigualdade social e da questão da impunidade. Para a mulher, normalmente, o envolvimento ocorre, em grande maioria, não só nesse crime, mas em outros crimes também, tem a ver com questões matrimoniais, são motivadas a partir de um envolvimento afetivo anterior. Normalmente elas entram (no tráfico) a partir de um envolvimento, dando suporte. E pode ser que venha ser envolvida naquele sentido de liderar dali para a frente, mas, normalmente, o envolvimento se dá em razão de um vínculo afetivo existente com alguém que também estaria envolvido na criminalidade” (...).

 Mesmo quando o *status* de estar no crime é mencionado como possível mola propulsora do engajamento da mulher no tráfico de drogas, a questão do amor bandido retorna. Para os policiais entrevistados, o que concede reconhecimento ao sexo feminino nas redes de comércio ilegal é o fato de elas serem “mulheres de bandido” ainda que essa categoria possa significar passar algum tempo na prisão, como detenta provisória ou condenada.

**Entrevistada 1**: (...) “O homem entra por dinheiro. A mulher ainda tem a questão de *status* Social, né? De falar: eu sou mulher de bandido! Eu sou mulher de traficante, isso para! Isso pra ela se é uma coisa maravilhosa. Até porquê, não é nem tanto o foco financeiro, é mais a questão do *status* social. Então termina que elas transportam e vendem e tem poucas mulheres militares na rua, isso ajuda, então, a não pegar esse tipo de crime, eles usam muito as mulheres para, pra poder estar transportando drogas ” (...)

 Entre os Promotores responsáveis por promoverem a acusação que dá início ao processo penal (entrevistados 3, 4 e 5), a mulher foi percebida como uma figura influenciada pelo afeto e pela promessa de que ela não será presa por não ser o foco da polícia em suas operações. Cabe a ela a distribuição da mercadoria pela cidade, já que o homem seria mais susceptível às abordagens policiais que podem resultar em prisão. Neste contexto, o papel da mulher está ligado ao exercício de funções mais baixas na hierarquia no tráfico de drogas, já que a posição superior seria ocupada pelo homem, que muitas vezes também é o chefe da família.

**Entrevistado 4**: (...), “Mas ela tem esse papel menos ativo, não é aquela vendedora especificamente, ela armazena, ela de alguma forma ajuda o traficante avisando da polícia, o papel dela é secundário no tráfico (...) elas são até um pouco inocentes em relação aos homens. Elas são presas até fáceis para a polícia. Acho que a participação delas é realmente menor mesmo, quando você percebe uma família desestruturada pelo *crack,* normalmente é o homem quem está viciado e ele não consegue trabalhar, aí ela tem que sair para trabalhar, porque ela tem que manter os filhos e ele mesmo, eu acho que isso afasta ela um pouco do tráfico” (...).

 A mulher foi vista ainda, pelos promotores de justiça, como coagida por seus maridos e companheiros ao transporte de drogas para os locais em que eles estão presos, momento em que a maioria delas seria classificada pela polícia como traficantes. Neste cenário, o amor bandido as levaria de uma prisão, na qual tentavam entrar como visitantes, para outra, na qual ingressariam como detentas provisórias por tráfico de drogas.

**Entrevistada 3**: (...). “As mulheres normalmente se envolvem no tráfico por causa dos homens, maridos, namorados, lógico que com raras exceções. E nós não percebemos, aqui em Montes Claros, especificamente, grandes chefias exercidas por mulher, elas atuam mais em levar drogas, a mando de namorados, maridos, ou companheiros. Atuam no armazenamento, essa é a participação dela, tanto que é muito menor. Normalmente ela é apreendida entrando na penitenciária ou em qualquer estabelecimento prisional portando drogas, ou, quando na casa dela, também está armazenando muito, mas aiaiai, não é o perfil maior. E você percebe que, ou tem um grande traficante por trás, que as vezes coage a pessoa a armazenar, ou ela é iludida pelo dinheiro mesmo. ”

**Entrevistado 5: (...)** “as mulheres, apesar do envolvimento delas ter crescido muito nos últimos anos, ainda é bem menor a participação delas no mundo do tráfico, do que a participação dos homens. Normalmente elas se envolvem, o crime típico de tráfico praticado por mulheres é a função vulgarmente chamada de “mula”, principalmente quando vão entregar drogas em presídios. Acho que 80% dos casos que chegam aqui são de mulheres que vão entregar drogas nos presídios para companheiros, maridos, namorados, que estão presos no presídio e recebem um dinheiro em troca disso, e, normalmente são abandonadas depois. Quando são presas, a grande maioria é abandonada pelos maridos, pelos companheiros” (...)

Interessante notar que essa fala do amor bandido como chave para o ingresso no mundo do crime e, por conseguinte, determinante para a prisão das mulheres na condição de traficante de drogas também aparece entre os dois defensores públicos entrevistados. Há um certo uníssono de que a mulher não tem liberdade de escolha e que o poder das relações de gênero se impõe sobre ela na criminalidade, fazendo com que o homem seja capaz de forçá-la a revender as drogas ilegais ou a levá-las para o presídio durante as visitas semanais.

**Entrevistada 6:** (...) “as mulheres, elas têm, normalmente, algum vínculo familiar com alguém que tem problema relacionado ao tráfico de drogas, então acaba participando de uma forma indireta. A mulher por si só, dificilmente ingressa na vida do tráfico de drogas, ela provavelmente tem alguma vinculação com algum ente familiar dela que, às vezes, é um caso até comum, são presas tentando ingressar nos presídios com as drogas introduzidas no corpo, de qualquer forma. Mas em relação aos homens, eu acho que tem vários fatores que devem ser levados em consideração: a localização da residência em algumas áreas - aqui em Montes Claros, algumas áreas aqui são mais propensas ao ingresso do jovem na traficância de drogas em relação aos homens - eu também posso citar a busca por uma melhor condição de vida, no tráfico. Às vezes, o jovem acredita que aquele é um caminho fácil, mas se engana. O dinheiro pode vir inicialmente fácil, mas, posteriormente, com a execução penal, pode ser complicado, né? Então, seria um engano por parte daqueles que ingressam pensando nisso”(...).

 Entre os juízes (entrevistados 8 e 9) impera a percepção da mulher na condição do transporte e do homem ligado às posições de comando no tráfico de drogas, reforçando a percepção da participação masculina no crime como acesso a oportunidades e ligado ao exercício de poder, enquanto a participação feminina se daria de forma essencialmente submissa, sendo essa responsável por executar as ordens de um homem, mas nunca por dá-las, por orientar o mercado.

**Entrevistado 8: (...)** “No tráfico de drogas, eu acho que a mulher entra mais para poder socorrer, ou para poder prestar um auxílio a um namorado, ao marido, ao amante. Nós temos hoje mais de cem mulheres presas, e, todas elas, ou mais de 90%, são aquelas consideradas “mulas”, aquelas utilizadas para levar drogas, de um lado para o outro, a pedido de um traficante, a levar droga para dentro do presidio, a pedido de um traficante. E ela consegue levar. A incidência dela é muito grande, porque, a maioria delas leva essa droga no órgão genital, então a mulher serve a ele, para carregar essa droga, às vezes, na cidade de um lado para o outro, de moto, ou de carro, e, para entrar no presídio. Isso que nós temos muita incidência aqui, são pelo menos umas duas mulheres presas por mês, tentando entrar dentro do presídio com droga, essas são presas em flagrante, mas tem algumas que conseguem entrar, entra com droga, entra com celular, então elas são utilizadas nisso, eu não sei se é por amor, ou por outo motivo... o homem já quer ostentar, eu acho, já quer ostentar, ganhar seu dinheiro, mostrar que ele é poderoso. E a mulher, o objetivo dela é essa submissão ao homem, esse é o meu sentimento, às vezes elas me falam aqui: - “Ah, doutor foi ele quem pediu!”, - “Ah doutor, foi por amor! Então!”, então acaba ela entrando nisso por esse motivo, acaba querendo ajudar esse marido, esse companheiro que já está desvirtuado já.

 Esta diferenciação do lugar da mulher na hierarquia do tráfico é importante porque se ela for induzida a praticar tal crime, mas não tiver antecedentes criminais e não estiver envolvida em organizações criminosas, sua punição pode ser substancialmente reduzida. Na linguagem jurídica, a situação da mulher que não está envolvida em redes de comércio ilegal, sendo influenciada ou coagida por seu parceiro a circular com drogas é o tráfico privilegiado, previsto no §4º. do art. 33, que muito se diferencia daquela narrada no caput do art. 33 da lei 11.343/2006.[[15]](#footnote-16) Como ela só entra acompanhando alguém, isso significa que apesar de enviada para a prisão, muitas vezes lá permanecerá por menos tempo, o que na visão dos juízes seria uma forma de “desculpá-las” pelo amor bandido. Porém, ao agir dessa maneira, eles reforçam a narrativa de que elas são vítimas dos homens com os quais se relacionam e, por isso, não possuem agência suficiente para escolher entre se envolver ou não no tráfico de drogas.

**Entrevistado 9:** (....)A mulher sempre entra nisso ai, porque ela ainda acha que encontrou o príncipe encantado dela nesses elementos. A mulher, em 90% dos casos que já vivenciei na minha vida toda, a mulher sempre entra acompanhando o traficante, ela entra no tráfico porque o namorado dela, o sujeito que ela arrumou, tá no tráfico e ela não quer largar. E ela acaba se envolvendo também, muito mais por esse aspecto amoroso desse relacionamento, o sujeito entra pelo dinheiro, puro e simples. Ela entra apenas aderindo à conduta, para não perder aquela pessoa. E sem esquecer também que muitos desses amores nascem nos presídios, tem moças que vão nos presídios para arrumar namorado, está cheio delas aí, os caras estão ali solitários, e elas vão para lá e acabam arrumando namorado. Eu conheço várias aqui, que conseguiram namorados lá, e aí, não vamos esperar outra coisa que não isso...” (risos)

Portanto, se a revisão da literatura indicou que os estudos existentes ainda não concordam se a mulher entra no tráfico de drogas dentro da lógica da divisão sexual do trabalho (HELPES, 2013) ou para se rebelar contra este jogo de poder que a coloca como apêndice de uma figura masculina (SENA, 2015), entre os operadores que atuam no Sistema de Justiça Criminal de Montes Claros não há dúvidas. A mulher pratica este delito em razão do amor bandido, que a influencia a comercializar a droga para aumentar a renda familiar, ou a coage a levar a substância ilegal em seu próprio corpo para as cadeias nas quais seus companheiros estão presos.

No discurso dos operadores (policiais, promotores, defensores e juízes) a mulher nunca é vista como usuária, mas sempre como pequena traficante. Tal discurso reifica achados de outros estudos, que apontam para o fato de que o lugar da mulher nessas redes criminais tende a ser nos estratos mais baixos da hierarquia (BIELLA, 2007), o que reforçaria o argumento de que mesmo no tráfico de drogas elas seriam descriminadas (ZALUAR, 2014).

Por outro lado, este resultado torna mais clara a relação estatística encontrada entre ser mulher e ser considerada traficante ao invés de usuária, ao contrário do que ocorre entre os homens, que ainda têm alguma chance de serem percebidos como “drogados” (RIBEIRO ET AL, 2017). No caso das mulheres, se elas portam drogas, necessariamente, é para levar a algum homem, para ganhar dinheiro que viabilize o sustento da família ou para satisfazer a figura masculina em seu vício. Não há escapatória: a mulher é, para os operadores do sistema de justiça criminal de Montes Claros, uma traficante.

Ser autuada pela polícia na condição de portadora de drogas e, por conseguinte, traficante significa ser encaminhada para a prisão em flagrante delito. Ocorre que, como visto, as características sociais dos autuados, sozinhas, não são capazes de explicar a conversão do registro policial em processo penal. Aparentemente, outros fatores influem na decisão do promotor em apresentar uma denúncia por tráfico de drogas em Montes Claros.

Assim sendo, uma dimensão que merece ser melhor pesquisada é se a prisão da mulher por tráfico de drogas é, em momentos posteriores, revogada ou relaxada, fazendo com que o seu registro não siga adiante no fluxo de processamento. Caso essa realidade de fato se imponha em Montes Claros, possivelmente, o maior prejuízo do amor bandido, na visão dos operadores, é a condição de presa provisória que passa a ocorrer a partir do momento em que mulher é flagrada com a droga e, dessa maneira, registrada pela polícia como traficante.

**Considerações finais**

A proposta deste artigo foi investigar em que medida a perspectiva de gênero interfere na forma como o sistema de justiça criminal opera em Montes Claros, a cidade polo do norte de Minas Gerais. Para a montagem do argumento, começamos problematizando como as relações de poder que colocam homens e mulheres com diferentes papeis sociais na contemporaneidade podem ser lidas a partir da categoria gênero. Destacamos que nas ciências sociais esta palavra tende a ser empregada na tentativa de entender o tratamento desigual que os sujeitos recebem em razão de seu sexo e, na contemporaneidade, em razão de sua apresentação social como homens e mulheres.

Em seguida, apresentamos como o sistema de justiça criminal funciona e como o fluxo de processamento do delito de tráfico de drogas parece ser condicionado por marcadores sociais, como é o caso do sexo, idade, raça e escolaridade. Isso ocorre porque a “Nova Lei de Drogas” não apresenta critérios muito claros sobre como distinguir usuários e traficantes e, por isso, a incidência e aplicação desta legislação é dependente da atividade interpretativa humana. Tal ação, num primeiro momento, é realizada pelo policial quando em sua rotina de atuação percebe, interpreta e classifica as condutas - como uso ou tráfico de drogas - e os indivíduos - como usuários ou traficantes (CAMPOS, 2015). Como a própria legislação estabelece que os operadores do sistema de justiça criminal podem e devem considerar as circunstâncias sociais do fato e pessoais do próprio indivíduo para a sua classificação como alguém a ser tratado (usuário) ou alguém a ser punido (traficante) é de se esperar que variáveis como sexo, idade, cor da pele, estado civil e grau de escolaridade tenham um papel decisivo nesta equação (JESUS, 2016).

Além disso, os estudos sobre fluxo de processamento por tráfico de drogas mostram que as mulheres são mais susceptíveis a ser classificadas como traficantes em detrimento de outras condutas previstas na lei 11.343/2006 (CAMPOS, 2015; SENA, 2017). Duas seriam as explicações possíveis para essa situação: o maior juízo de reprovação que recai sobre as mulheres que portam drogas, o que as transformaria em criminosas (BIELLA, 2007) e o entendimento de que a mulher é incentivada ou coagida, por uma figura masculina, a distribuir (mais do que usar) drogas como forma de sustentar a família ou o vício de seus maridos e companheiros (HELPES, 2013). Interessava-nos, assim, saber quais argumentos melhor se ajustariam à realidade de Montes Claros.

Para tanto, usamos como contraponto empírico os Registros de Ocorrências (RO) referentes a delitos associados a drogas, produzidos pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) em Montes Claros no período de 2009 a 2014. É bom lembrar que esses registros não representam a totalidade dos delitos cometidos na localidade, mas apenas as situações nas quais a ação policial resultou em um documento dizendo que existia um crime previsto na lei 11.343/2006, apontando, consequentemente, alguém como responsável por tal delito. Para os casos de tráfico de drogas foram analisados também os respectivos desdobramentos dos ROs no sistema de justiça criminal até julho de 2015. Neste caso, cada uma das ocorrências policiais foi consultada no sistema do TJMG verificando a sua transformação em processo até dezembro de 2015. Já no ano de 2016, foram realizadas entrevistas com os operadores técnicos (Policiais Militares, Policiais Civis, Promotores e Juízes) responsáveis pelos processos decisórios.

Do ponto de vista quantitativo, os dados analisados indicaram que as mulheres possuem uma chance percentual muito maior que os homens de serem enquadradas como traficantes em detrimento de usuárias, quando apenas as características sociodemográficas dos envolvidos são consideradas. Os depoimentos dos policiais, responsáveis por essa primeira classificação, de certa forma, elucidaram porque isso ocorre. Quando a mulher é presa com drogas, dificilmente ela é vista como usuária desta mercadoria, mas portadora da mesma para algum homem, reforçando a narrativa do amor bandido (PAIVA, 2012; HELPES 2013).

Na passagem da polícia para a justiça, constatamos que até dezembro de 2015, 34% dos registros de ocorrência de tráfico de drogas tinham se transformado em processos judiciais. Apesar deste percentual ser maior do que o encontrado em casos como homicídio doloso, ele foi menor do que o esperado, dado que os casos de tráfico de drogas são registrados, na maior parte das vezes, por meio do flagrante o que ensejaria a pronta denúncia por parte do promotor de justiça. Além disso, o modelo de regressão indicou que as características sociodemográficas não são capazes de explicar a transformação do RO em Processo Penal. Pelo contrário, nenhuma das variáveis incluídas se mostrou estatisticamente significativa, indicando que aparentemente esta etapa parece ser influenciada por outras dimensões. Nas palavras dos operadores do sistema de justiça criminal aparece a perspectiva de vitimizar a mulher, colocando-a como uma mártir, que sacrifica a sua liberdade para levar drogas aos seus companheiros que estão presos. Talvez, essa percepção signifique a prisão provisória da mulher durante a investigação policial e, depois, uma desclassificação do crime de tráfico para uso, pelo promotor de justiça, o que significaria a não transformação do RO em processo penal pelo não oferecimento da denúncia. Mas o material empírico escrutinado neste artigo não permite fazer essa afirmação.

Assim, o dado mais relevante da análise aqui apresentada é o fato de que quando as mulheres têm a sua participação no tráfico de drogas desvelada pelas autoridades, prontamente, elas são associadas a um homem, o que retoma a ideia de amor bandido como chave para a prisão provisória. Esse dado confirma a ideia de que o sistema de justiça criminal opera segundo uma perspectiva de gênero, que hierarquiza homens e mulheres em uma espécie de nova leitura da divisão sexual do trabalho, na qual cabe ao sexo feminino comercializar a droga e ao masculino organizar o comércio, usufruir desta mercadoria e dos prazeres que dela derivam.

**Referências**

BANDEIRA, Lourdes. (2012) Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo do gênero. Revista Econômica, v. 12, n. 1.

BARCINSKI, Mariana. (2012) Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. Contextos Clínicos, v. 5, n. 1, p. 52-61.

BIELLA, Janete Brígida et al. (2007) Trajetórias e rotina de prisioneiras por tráfico de drogas: autoras e coadjuvantes. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

BLANES, V. Denise; CERNEKA, Heidi Ann; JESUS FILHO, José de; MATSUDA, Fernanda Emy; NOLAN, Michael Mary (coord.). (2012) Tecer Justiça: presas e presos provisórios na cidade de São Paulo, São Paulo: ITTC.

CALANZANI, José João; MARTINS, Sebastião. (2015) O Poder Judiciário em Minas Gerais, Belo Horizonte.Disponível em:  <<http://ftp.tjmg.jus.br/conhecendo/Poder_Judiciario_atualizado_2011-web.pdf>> Acesso em: 03 set. 2015.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. (2015) Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARLOS, Juliana; DELCHIARO, Mariana Tonolli C. (2016) Para além da prisão: efeitos civis da política criminal de drogas em relação às mulheres. Boletim IBCCRIM, 280, março.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. (2008) Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p. 165-211.

DEPEN. (2017) Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de 2016. Brasília: Ministério da Justiça.

DOLGA, Lakowsky, FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. (2015) Publicação TJ Responde. Belo Horizonte, agosto de 2015. Disponível em: <<http://ftp.tjmg.jus.br/conhecendo/TJ_responde_atualizado_2011-web.pdf>> . Acesso em: 03 set. 2015.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. (2011) A" dura" e o" desenrolo". Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 40, p. 135.

HELPES, Sintia Soares. (2013) Mulheres na prisão: uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v. 2, n. 3, p. 160-185.

HIRATA, Helena et al. (2009) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP.

INSTITUTO IGARAPÉ (Ed.) (2015). Nota técnica: critérios objetivos de distinção entre usuários e traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Igarapé.

IZUMINO, Wânia Pasinato et al. (2003) Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. São Paulo: Universidade de São Paulo.

JESUS, Maria Gorete Marques de. (2016) 'O que está no mundo não está nos autos': a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. (2015) A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. Revista do CEAM, v. 3, n. 1, p. 63.

LEMGRUBER, Julita. (1983) Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé3.

LEMGRUBER, Julita; FERNANDES, Marcia. (2015) Tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro: Prisão provisória e direito de defesa. Boletim Segurança e Cidadania, n. 17.

MISSE, Michel. (2008) Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 3, p. 371-385.

\_\_\_\_\_\_\_\_. (2010) Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria" bandido". Lua Nova, n. 79.

\_\_\_\_\_\_\_\_. (2011) O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. Sociedade e estado, v. 26, n. 1, p. 15-27.

\_\_\_\_\_\_\_\_. (2014) Sujeição criminal. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, v. 45, p. 154-155.

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. (2017) Mecanismos sociais de decisões judiciais: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação. Revista Brasileira de Sociologia-RBS, v. 5, n. 10.

PAIVA, Adriana Gomes de. (2012) Mulheres, Violência e tráfico de drogas. In MUNTEAL, Oswaldo. [et aL org]. Prisioneiros das Drogas: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil, 1ª Ed. Curitiba-PR.

PIMENTEL, Elaine. (2008) Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. In: Anais do VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa.

PLATERO, Klarissa Almeida Silva; VARGAS, Joana Domingues. (2017) Homicídio, suicídio, morte acidental...'O que foi que aconteceu?'. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 10, n. 3, p. 621-641.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; ROCHA, Rafael Lacerda Silveira; COUTO, Vinícius Assis. (2017) Nas malhas da justiça: uma análise dos dados oficiais de indiciados por drogas em Belo Horizonte (2008-2015). REVISTA OPINIÃO PÚBLICA, v. 23, n. 2, p. 397.

RIFIOTIS, Theophilos. (2004) As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judiciarização» dos conflitos conjugais. Sociedade e Estado, v. 19, n. 1, p. 85-119.

SAPORI, Luís Flávio. (1995) A administração da justiça criminal numa área metropolitana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, p. 143-157.

\_\_\_\_\_\_\_\_ [e] ANDRADE, Scheilla C. (2013) Desafios da governança do sistema policial no Brasil: o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 7, n. 1, p. 102-130.

SCOTT, Joan. (1989) Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Chistiane Rufino Debat e Maria Betânea Ávila. New York: Columbia University Press.

SENA, Lúcia Lamounier. (2015) I Love my White: mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_\_\_\_. (2017) Funcionalidade moral: gênero e diferença no tráfico ilegal de drogas. Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 7, n. 2, p. 393.

SINHORETTO, Jaqueline. (2014) Seletividade penal e acesso à justiça. Crime, polícia e justiça no Brasil, p. 400-409.

SOARES, Barbara Musumeci. (1999) Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

THOMPSON, Augusto Frederico Gaffrée. (1983) Quem são os criminosos?. Rio de Janeiro: Achiamé.

VARGAS, Joana Domingues. (2014) Fluxo do sistema de justiça criminal. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 412-423.

ZALUAR, Alba. (2004) Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. FGV Editora.

1. Neste sentido, ver: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/com-42-mil-presas-brasil-tem-a-4-maior-populacao-carceraria-feminina>, acesso em 13 de abril de 2018. Importante destacar que nesta contabilidade são incluídos os presos provisórios, isto é, aqueles que ainda não foram julgados e em muitas situações sequer foram denunciados, estando presos em razão do flagrante, além dos condenados. [↑](#footnote-ref-2)
2. Neste sentido, ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/populacao-carceraria-feminina-cresce-700-em-dezesseis-anos-no>, acesso em 13 de abril de 2018. [↑](#footnote-ref-3)
3. Nos termos de Misse (2010, p. 22), “a sujeição criminal é um processo de criminação de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que "carrega" o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto.”” [↑](#footnote-ref-4)
4. Essa ressalva é importante porque poucos são os crimes para os quais essa operação se completa, já que em delitos como homicídio doloso a polícia consegue esclarecer apenas 8% do total de casos que são levados ao seu conhecimento (MISSE, 2011). [↑](#footnote-ref-5)
5. Apesar de a categoria gênero abranger uma série de identidades possíveis, para além do masculino e do feminino, neste estudo, o questionamento sobre o impacto do gênero sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal foi construído em termos binários, excluindo de suas análises uma série de identidades de gênero possíveis. Apesar da consciência da limitação que isso representa do ponto de vista da cena social, essa opção foi adotada porque os dados secundários utilizados seguem a lógica binária de como os operadores separam os sexos, o que também orientação a percepção que esses têm sobre os determinantes do envolvimento de homens e mulheres no tráfico de drogas. [↑](#footnote-ref-6)
6. Uma comarca é uma unidade judiciária ou “o limite de território de atuação por um juiz ou um grupo de juízes”. Esse limite nem sempre coincide com os limites das cidades e pode englobar apenas uma unidade político-administrativa ou várias (CALANZANI e MARTINS, 2015, p. 6). Trata-se de divisão própria da jurisdição estadual. O TJMG está dividido em 300 Comarcas que podem ser classificadas em até três entrâncias de acordo com o acervo, movimento forense ou população de abrangência. As comarcas de “primeira entrância (comarcas pequenas, com apenas uma vara), segunda entrância (comarcas que não se enquadram na categoria das comarcas de primeira entrância nem de entrância especial) e entrância especial (comarcas que têm cinco ou mais varas, nelas compreendidas as dos Juizados Especiais, e população igual ou superior a cento e trinta mil habitantes)” (DOLGA e FIUZA 2015, p. 6).)”. Assim, a Comarca de Montes Claros, objeto do nosso estudo é classificada como comarca de entrância especial e composta pelos Municípios de Montes Claros, Juramento, Mirabela e Glaucilância e abrange também os distritos desses municípios. Porém, na base de dados cedida pela Polícia Militar estavam apenas os registros da cidade de Montes Claros, razão pela qual essa será a nossa unidade de análise. [↑](#footnote-ref-7)
7. Segundo o último Censo, realizado em 2010, a população era de 391. 915, mas a estimativa do IBGE em 2017 é que este número tenha aumentado para 402.027 habitantes, informação disponível em http:// https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama, acesso em 30 de março de /03/2018. [↑](#footnote-ref-8)
8. Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. [↑](#footnote-ref-9)
9. Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. [↑](#footnote-ref-10)
10. Quanto à cor da pele, é importante salientar que não se trata de categoria autodeclarada como ocorre nas pesquisas coordenadas pelo IBGE, mas de uma imposição dos próprios policiais militares, a partir da "cor da cútis", sendo esta a categoria original do banco de dados. De acordo com a classificação dos policiais, os pardos são a maioria entre todos os tipos de incriminação por delitos relacionados a drogas. [↑](#footnote-ref-11)
11. Neste sentido, ver: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>, acesso em 20 de abril de 2018. [↑](#footnote-ref-12)
12. Neste sentido, ver: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>, acesso em 20 de abril de 2018. [↑](#footnote-ref-13)
13. No caso de desclassificação, o § 2º, da Lei n. 11.343/06 determina que o procedimento seja convertido em Termo Circunstanciado de Ocorrência –TCO, e o indivíduo liberado mediante compromisso de comparecimento ao juízo competente. [↑](#footnote-ref-14)
14. As entrevistas com operadores foram realizadas mediante aprovação pelo COEP da UFMG. Todos os operadores do Sistema de Justiça Criminal foram entrevistados, quais sejam: delegado de polícia civil, 3 promotores, 2 Defensores Públicos, 2 Juízes Criminais. Quanto à Polícia Militar realizou-se a entrevista com 8 agentes, por amostragem, incluindo operadores de todas as unidades administrativas da PMMG na região e agentes de todos os níveis (Comando, Tático e operacional). [↑](#footnote-ref-15)
15. Art. 33.  Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. § 4o  Nos delitos definidos no caput e no § 1o deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. [↑](#footnote-ref-16)